



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681332 - SP (2021/0226336-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ALICIANA ANJOS DOS SANTOS
ADVOGADO : ALICIANA ANJOS DOS SANTOS - SP388029
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WESLEY VITOR DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : VITOR DE ANDRADE NAZARETH
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY VITOR DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2144228-05.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito em 09/06/2021 pela suposta prática dos crimes previstos no artigo 14 da Lei nº 10.826/03 e arts. 330 e 329, na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta que a custódia cautelar não estaria devidamente fundamentada, pois não haveria nos autos elementos concretos embasando a prisão preventiva.

Afirma que o paciente é primário, possui residência fixa e trabalho lícito, além de ser estudante.

Aduz, ainda, que a suposta prática delitiva teria ocorrido sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente ou a substituição da custódia por medidas cautelares diversas, com fulcro no art. 319 do Código de Processo Penal.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, assim consignou (e-STJ fl. 27):

*"Há indícios de autoria e materialidade, de modo que a manutenção da custódia se justifica para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, caso venha a ser comprovada a imputação, mostrando-se insuficientes a aplicação das medidas cautelares diversas, até porque **encontrava-se em liberdade provisória desde 22/03/21 quando foi preso por supostamente ter praticado o crime de receptação (Proc. nº 1500591-12.2021.8.26.0628).**"*

Desse modo, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da

matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência